



Exame de Ordem

Prova Prático-Profissional

Aplicação: 29/8/2004

TARDE

Área: DIREITO ADMINISTRATIVO



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **uma** proposta para elaboração de peça profissional e **três** questões, correspondentes à prova prático-profissional, e **cinco** páginas para rascunho.
- 2 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Durante a realização da prova prático-profissional, será permitida a consulta à legislação, a livros de doutrina e a repertórios jurisprudenciais, mas será vedada a utilização de obras que contenham formulários e modelos.
- 5 Não será permitido o empréstimo de nenhum material entre os examinandos, mesmo daquele que já tenha terminado a prova.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante a prova, não se comunique com outros examinandos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para as respectivas folhas.
- 9 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 10 Não será avaliado texto definitivo escrito a lápis, em local indevido ou que tenha identificação fora do local apropriado.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I 30/8/2004, a partir das 10 h – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br.
- II 31/8/2004 a 2/9/2004 – Recursos (prova objetiva): em locais e horários que serão informados na divulgação dos gabaritos.
- III 28/9/2004 – Resultado final da prova objetiva e resultado provisório da prova prático-profissional: Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e Internet — www.cespe.unb.br.
- IV 29 e 30/9/2004 e 1.º/10/2004 – Recursos (prova prático-profissional): conforme será disciplinado no edital de divulgação do referido resultado.
- V 27/10/2004 – Resultado final da prova prático-profissional e do exame.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 5 do Edital n.º 1/2004 – OAB/ES, de 29/6/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – DIREITO ADMINISTRATIVO

- Nesta prova — que vale **dez** pontos, sendo **quatro** pontos para a peça profissional e **dois** pontos para cada uma das questões —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para a(s) respectiva(s) página(s) de **TEXTO DEFINITIVO**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Na peça profissional e em cada uma das questões, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** e de **trinta** linhas, respectivamente, será desconsiderado.
- Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) página(s) de **TEXTO DEFINITIVO** correspondente(s).

ATENÇÃO! No caderno de **textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

PARTE I – PEÇA PROFISSIONAL

Em 30/4/2004, foi publicado edital de concurso público para provimento de cargos de delegado de polícia federal, lotados no Departamento de Polícia Federal (DPF), órgão do Ministério da Justiça (MJ). De acordo com o edital, as provas serão realizadas em novembro de 2004, mas o resultado final do concurso somente deverá ser divulgado em fevereiro de 2005.

Ricardo, que tem vários anos de experiência na Polícia Militar do Espírito Santo (PM/ES), inscreveu-se nesse concurso, optando por realizar o exame na cidade de Vitória – ES, onde reside. Posteriormente, ao averiguar com cuidado a regulação da prova de títulos, verificou que eram atribuídos dois pontos para cada ano de trabalho em atividade policial exercida no DPF e apenas um ponto para cada ano de trabalho em atividade policial exercida em outros órgãos públicos.

Considerando injusto esse tratamento desigual, Ricardo ingressou administrativamente com pedido de modificação dessa regra editalícia, mas sua solicitação foi indeferida em 30/6/2004, por decisão do diretor de gestão de pessoal, autoridade do DPF competente para elaborar e modificar editais de concurso público.

Inconformado, Ricardo solicitou a um advogado que ingressasse com ação judicial capaz de suprimir do edital a referida disparidade de tratamento.

Considerando a situação hipotética acima descrita, redija, na condição de advogado legalmente constituído, petição inicial de ação judicial que seja adequada a salvaguardar, de maneira eficaz, os interesses de Ricardo.

RASCUNHO – PEÇA PROFISSIONAL – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PEÇA PROFISSIONAL – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PARTE II – QUESTÃO 1

O fazendeiro Pedro foi multado em R\$ 500,00 por utilizar, na pesca, um tipo de rede proibido pela legislação ambiental do estado do Espírito Santo. Irresignado, ingressou com recurso administrativo, admitindo que havia praticado a referida conduta, mas argumentando que não havia agido contra a lei, pois desconhecia que o ato praticado caracterizava infração ambiental.

Quando o recurso chegou às mãos da autoridade competente para decidi-lo, ela verificou que havia uma irregularidade na aplicação da sanção, pois a multa mínima cominada para o ato descrito era de R\$ 2.000,00. Insegura acerca do que deveria fazer, a referida autoridade solicitou orientação da consultoria jurídica do órgão.

Com referência ao relato hipotético acima, redija um texto dissertativo que inclua justificativa de como deveria proceder a referida autoridade perante o caso, esclarecendo, em especial:

- ▶ se a argumentação do recorrente merece ser acolhida;
- ▶ se seria possível à administração elevar para o mínimo legal o valor da multa aplicada.

PARTE II – QUESTÃO 2

O município de Vitória – ES celebrou contrato com a Sanitas S.A., estabelecendo concessão do serviço de recolhimento de lixo. Posteriormente, a administração municipal alterou unilateralmente o contrato, nele incluindo várias exigências referentes ao recolhimento de lixo hospitalar, entre elas, inclusive, a aquisição, pela concessionária, de equipamentos específicos para lidar com esse tipo de resíduo. De acordo com os técnicos da prefeitura, essas novas obrigações implicariam aumento de apenas 3% no custo global do serviço prestado, impacto que poderia ser absorvido pela empresa, sem afetar significativamente suas margens de lucro.

Em face da situação hipotética acima descrita, redija uma dissertação em que se avalie a conveniência das atitudes relacionadas a seguir e indique se alguma delas seria adequada para a empresa.

- ▶ impugnação da alteração unilateral do contrato, com vistas a obter a sua anulação;
- ▶ exigência de modificação das cláusulas contratuais que mantenha o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

PARTE II – QUESTÃO 3

Em 2001, foi publicado edital de concurso público para provimento de 10 cargos de analista legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALEES), o qual contém subitem que fixa a validade do concurso em um ano, prorrogável por igual período. As provas foram realizadas no ano seguinte. Em 30/7/2002, houve a homologação do resultado do concurso, e André foi aprovado em 8.º lugar. Embora o concurso tivesse sido prorrogado e houvesse cargos vagos de analista legislativo, o prazo de validade expirou sem que André fosse nomeado. No dia 1.º/8/2004, foi publicado na imprensa oficial edital de novo concurso público para provimento de três cargos de analista legislativo da ALEES. Irresignado, André apresentou o caso a um advogado e este respondeu que ele tinha direito a ser nomeado para o referido cargo, direito esse que poderia ser tutelado judicialmente mediante mandado de segurança.

Considerando essa situação hipotética, redija uma dissertação em que se avalie, com fundamentação, a veracidade das afirmativas feitas pelo advogado procurado por André.

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	